

AS MELHORES TESES DE DIREITO PREMIADAS PELA FUNDAÇÃO CAPES: LIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE COMO SE FAZ UMA PESQUISA JURÍDICA DE EXCELÊNCIA NO BRASIL

*THE BEST THESES OF LAW AWARDED BY THE CAPES FOUNDATION:
EPISTEMOLOGICAL LESSONS ON HOW TO MAKE A LEGAL RESEARCH OF
EXCELLENCE IS IN BRAZIL*

Heraldo Elias de Moura Montarroyos*

RESUMO: O objetivo desse estudo é diagnosticar e valorizar o modo de produção do conhecimento de seis teses de Direito que venceram o concurso nacional de melhor tese da Fundação Capes-Ministério da Educação no período 2010-2015. Esse diagnóstico e crítica construtiva acompanharam as diretrizes de um metaprograma de pesquisa jurídica construído especialmente para essa finalidade, desenvolvendo três categorias do conhecimento (ontologia, metodologia e teoria), cuja aplicação criteriosa revelou dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto significativo é que as teses de Direito premiadas pela Fundação Capes-Ministério da Educação utilizaram a mesma estrutura genérica de raciocínio, apresentando regras filosóficas, metodológicas e teóricas harmônicas e interdependentes que asseguraram a coerência dos argumentos originais dos pesquisadores. O segundo aspecto revelador é que a maioria absoluta das teses premiadas se concentraram na área da Ciência Política do Direito, apresentando propostas direcionadas ao Poder Legislativo e Judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: Idealismo Jurídico. Realismo Jurídico. Criticalismo Jurídico.

ABSTRACT: The objective of this study is to diagnose and value the way of production of the knowledge of six theses of Law that won the national competition held by Capes Foundation - Ministry of Education in the period 2010-2015. This diagnostic and constructive criticism followed the guidelines of a legal research metaprogram built especially for this purpose, developing three categories of knowledge (ontology, methodology and theory), whose careful application revealed two fundamental aspects. The first significant aspect is that the law theses awarded by the Capes Foundation - Ministry of Education used the same general structure of reasoning, presenting philosophical, methodological and theoretical harmonic and interdependent rules that ensured the coherence of the original arguments of the researchers. The second revealing aspect is that the absolute majority of the theses awarded concentrated on the Political Science of Law, presenting proposals directed to the Legislative and Judiciary.

KEYWORDS: Juridical Idealism. Juridical Realism. Juridical Criticalism.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Ontologias Científicas. 1.1 Criticalismo de base realista, segundo Alf Ross. 2 Metodologia Geral das Ciências Jurídicas. 3 Teorias Jurídicas. 4 Conteúdo Programático das Teses. 4.1 Prêmio CAPES 2010. 4.1 Prêmio CAPES 2011. 4.3 Prêmio CAPES 2012. 4.4 Prêmio CAPES 2013. 4.5 Prêmio CAPES 2014. 4.6 Prêmio CAPES 2015. 5 Diagnóstico. 6 Considerações Finais. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Esse estudo pretende diagnosticar e valorizar a estrutura epistemológica das seis teses de Direito que venceram o concurso nacional de melhor tese da Fundação Capes-Ministério da Educação no período 2010-2015.

Com esse objetivo, é organizado um metaprograma de pesquisa jurídica formado pelas categorias ontologia, metodologia e teoria (LLOYD, 1995), que deverão orientar a

* Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor dos cursos de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

investigação sobre o modo de produção do conhecimento implementado por cada uma das teses selecionadas.

A Ontologia declara a essencialidade do programa científico de pesquisa, fixando os comandos irrefutáveis da investigação, conforme a conveniência dogmática do pesquisador. A Metodologia compreende os procedimentos que dizem respeito às estratégias de aproximação da filosofia ontológica do programa de pesquisa na direção do objeto de estudo, incluindo métodos e técnicas. Por último, a Teoria disponibiliza um discurso especializado que explica ou interpreta as informações que surgiram no andamento da investigação; além disso, recomenda procedimentos que potencializam metodologicamente as demandas do plano de trabalho do pesquisador (LLOYD, 1995).

Todos os anos, o Prêmio Capes é concedido às melhores teses de doutorado defendidas e aprovadas nos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, considerando os quesitos originalidade e qualidade do conhecimento. Essa premiação acadêmica surgiu em 2005 e é entregue anualmente à melhor tese de doutorado julgada em cada uma das áreas do saber classificadas pela Fundação Capes. A primeira premiação específica do Direito aconteceu em 2010.

336

1 ONTOLOGIAS CIENTÍFICAS

Nas Ciências Jurídicas existem três ontologias ou filosofias de trabalho: idealismo, realismo e criticalismo, de acordo com o que sugerem autores como Alf Ross (2000) e Luigi Ferrajoli (2004).

Especificamente, o termo criticalismo inventado nesse estudo serve para representar a síntese ou a reconciliação do realismo com o idealismo, o que acontece com a produção de certas medidas prático-transcendentais na visão do pesquisador da tese, configurando a abordagem política do Direito.

O criticalismo pode ser de base idealista ou empirista. Em geral, no criticalismo jurídico existem proposições que reconciliam a efetividade jurídica com a validade do sistema ideal (constitucional, humano, ético, etc.), incluindo geralmente a participação do critério mediador da justeza do Direito ou da *justa-habilidade* política do pesquisador.

A Ciência Jurídica dogmática até certo ponto “distingue-se daquelas Ciências do Direito que têm por objeto o Direito que deveria ser, como a Filosofia do Direito, que é a

ciência dos fins jurídicos, ou então, a Política do Direito, que é a ciência dos meios para atingir esses fins” (RADBRUCH, 2005, p. 161). Pode-se afirmar, ainda, que a Ciência Jurídica *stricto sensu*:

[É] aquela que trata o Direito segundo um método específico. Essa Ciência Jurídica, em si sistemática e dogmática, pode definir-se como a ciência do sentido objetivo de um ordenamento jurídico positivo, marcando desse modo sua posição especial em face das outras ciências do Direito. (RADBRUCH, op. cit., p. 161).

Segundo o professor Callado Oliveira (2001), a Política do Direito faz o estudo crítico do ordenamento jurídico e preceptivo de uma nova ordem social. Examina as imperfeições e injustiças que possam afetar qualquer sistema normativo correlacionado com a experiência e com as representações jurídicas profundamente arraigadas e realmente vividas na sociedade.

Embora a Política do Direito reparta com outras Ciências Jurídicas um campo de saber eminentemente atuante, suas perspectivas cardinais assumem uma postura crítica e reformadora considerando o Direito como devir histórico submetido à lei da perfectabilidade que visa alcançar o verdadeiro fim natural da vida social (ibidem, p. 31-33).

Na Política do Direito, Miguel Reale (1991, p. 171) notou essencialmente que:

O Estado [...] disciplina as formas e os processos de execução coercitiva do Direito. Esta pode consistir na penhora, como quando o juiz determina que certo bem seja retirado do patrimônio do indivíduo, para garantia de um seu débito, se as circunstâncias legais o autorizarem. Coação pode ser a própria prisão, ou seja, a perda de liberdade infligida ao infrator de uma lei penal. Coação pode ser a perda da própria vida, como acontece nos países que consagram a pena de morte. Pode chegar-se ao extremo de tirar o bem supremo, que é a vida, a fim de preservar-se a ordem jurídica [...] Podemos dizer que o Estado continua sendo a entidade detentora por excelência da sanção organizada e garantida, muito embora não falem outros entes, na órbita internacional, que aplicam sanções com maior ou menor êxito como é o caso por exemplo das Organização das Nações Unidas (ONU). Cresce porém, dia a dia, a importância de entidades supranacionais que dispõem de recursos eficazes para lograr a obediência de seus preceitos [...].

De outro modo, a pesquisa idealista produz seus tipos ideais de duas maneiras. De um lado, o idealismo na versão normativista elabora proposições acadêmicas e doutrinárias buscando reforçar e ampliar a validade do ordenamento jurídico (cf. Kelsen, 1998; Bobbio, 1999; Ross, 2000). De outro lado, o idealismo na versão agencialista contribui com a idealização do comportamento de certos agentes sociais, incluindo-se aqui autoridades e instituições, cuja preocupação intelectual é melhorar a aplicação do Estado Democrático de Direito na vida do cidadão. Em geral, a pesquisa idealista acredita na supremacia da razão

como vetor determinante do progresso do Direito, das normas, das instituições e da realidade humana.

Segundo Ferrajoli (2004), as proposições jurídicas da Dogmática são irrefutáveis pelos fatos sociais e, portanto, não são invalidadas oficialmente pela prática contestadora dos agentes sociais. Ferrajoli (2004) destacou que a linguagem legal da Dogmática carece de rigor e de precisão social, fazendo com que o discurso final do Legislador e a experiência jurídica estejam sempre expostos às incongruências terminológicas, às lacunas e às contradições da Lei especialmente no cotidiano, provocando interpretações jurídicas inevitavelmente influenciadas pelos diversos juízos de valores da realidade.

Por sua vez, a pesquisa realista se concentra no estudo da efetividade do Direito, por isso, tende a considerar a Sociologia Jurídica essencial para conhecer o *cotidiano* da norma que se transforma a partir dos interesses, das preferências e das convicções dos agentes sociais. Nessa modalidade do conhecimento, o pesquisador faz previsões baseadas exclusivamente no método empírico-indutivista acreditando como ponto de partida que o “Direito válido” é uma gramática institucional necessária e obrigatória para que os Homens possam se comunicar e estabelecer as suas opiniões e interesses na dimensão inevitável do empirismo.

De acordo com a definição do crítico Alf Ross (2000, p.41):

Com base no que foi dito, formulo a seguinte hipótese: o conceito “Direito vigente” [...] pode ser em princípio explicado e definido da mesma maneira que o conceito “norma vigente do xadrez (para dois jogadores quaisquer). Quer dizer, “Direito vigente” significa o conjunto abstrato de ideias normativas que serve como um esquema interpretativo para os fenômenos do Direito em ação, o que por sua vez significa que essas normas são efetivamente acatadas e que o são porque são experimentadas e sentidas como socialmente obrigatórias.

Na pesquisa criticalista, o pesquisador desenvolve a *dialética da complementariedade* entre o idealismo e o realismo, exigindo alguma síntese prático-transcendental ou prático-idealista do conhecimento. Nesse sentido, duas situações devem ser admitidas. A primeira situação ocorre quando a pesquisa idealista dá um salto na direção do realismo e propõe através do método dedutivo ou intuitivo medidas prático-transcendentais de caráter legislativo ou institucional que deverão instrumentalizar os ideais da monografia jurídica, constituindo, finalmente, o criticalismo ou *Política do Direito de base idealista*. A segunda situação acontece quando a pesquisa realista dá um salto transcendental na direção do idealismo e

propõe pelo método empírico-indutivista ou mesmo intuitivista certas medidas legislativas e institucionais que farão a ponte na direção de algum tipo ideal de norma, de sistema ou de agente normativo; nesse caso, aparece o criticalismo ou *Política do Direito de base realista*.

Na perspectiva criticalista, vários autores das Ciências Jurídicas sintetizaram o idealismo com o realismo, propondo conceitos, teorias, modelos, metodologias e políticas legislativas e institucionais de natureza híbrida ou prático-transcendentais.

Herbert Hart (1994), em nosso ponto de vista um autêntico positivista criticalista, juntou o idealismo das normas com a prática dos juízes nos Tribunais, elaborando a teoria prático-transcendental do *convencionalismo* judiciário.

Ronald Dworkin (2007) notou, por sua vez, que entre o idealismo da Constituição, a realidade social e o costume dos Tribunais existiria uma cultura integralista que se descobre na base do conceito de *integridade*.

Chaim Perelman (2000) observou que a prática dos Tribunais e o ideal da Legalidade poderiam ser otimizadas por meio de um novo espaço dialético, onde se desenvolveria uma nova política judiciária, concentrada no *auditório*.

Ferrajoli (2004) da mesma forma propôs juntar o convencionalismo com o realismo jurídico, fundamentando a importância dos *procedimentos* jurídicos garantistas, de natureza prático-transcendental, tendo em vista assegurar a política dos direitos fundamentais.

Especialmente na abordagem criticalista do professor Gilberto Callado Oliveira (op. cit.), a Política do Direito apresentaria duas variações teórico-metodológicas. De um lado, existiriam as propostas políticas de *base idealista* que sugerem medidas institucionais derivadas do Direito Canônico, do jus naturalismo teológico e do Neotomismo jurídico; de outro lado, existiria a Política do Direito de *base realista*, que é rejeitada por esse autor criticalista cristão, visto que:

A escola escandinava de Ross defende a ideia de Direito como fenômeno empírico, como produto social, aquilo que os legisladores e os juízes elaboram de acordo com os interesses do povo, manifestados através de sua consciência jurídica. Ross não acode ao santuário da verdade natural ou à Palavra Encarnada, para que leve à ordenação eficaz e duradoura, nem recorre a princípios jurídico-morais de vigência universal [...]. Prefere ao contrário, as valorações oferecidas pela sociologia jurídica sobre as diversas manifestações da consciência social, consciência que em última análise, se projeta no interior dos indivíduos para lhes formar a própria consciência jurídica (OLIVEIRA, 2001, p. 97).

1.1 Criticalismo de Base Realista, segundo Alf Ross

Uma análise epistemológica mais cuidadosa sobre o raciocínio do jurista Alf Ross (2000), em seu livro “Direito e justiça”, mostra que seu programa de pesquisa não é realista, nem idealista, mas conciliador dessas duas abordagens quando o assunto é especificamente fazer o Direito progredir.

Alf Ross (op. cit.) propôs uma Política do Direito capaz de juntar a consciência e a tradição jurídicas com as necessidades fatuais e os interesses privados. Sua metodologia científica é nesses termos claramente instrumentalista.

O mesmo autor considerou que a consciência e a tradição jurídicas existem objetivamente e devem ser respeitadas não como fins em si mesmos, mas como meios utilitaristas do cotidiano.

Alf Ross (2000, p. 370) afirmou que se “partirmos de uma teoria idealista do Direito” a Política jurídica ficará preocupada tão somente em aperfeiçoar a ideia de Justiça inerente ao Direito. Entretanto, se rejeitarmos a ideia específica do Direito que lhe confere valor absoluto por si mesmo, surgirá uma nova forma de política jurídica definindo o Direito como técnica social preocupada em viabilizar interesses de qualquer tipo (econômico, social, cultural, etc.). Nessa perspectiva de base realista, o Direito será, portanto, um instrumento de realizações práticas do cotidiano (ibidem).

Reconheceu o jurista Alf Ross (2000, p. 391) que a teoria jurídica idealista pertence a ambos os Mundos, ou seja, o conhecimento do Direito está alicerçado tanto na experiência externa quanto no raciocínio *a priori*.

De fato, o Direito é um fenômeno da realidade, um produto histórico que varia no tempo e no lugar, e depende dos fatores externos de poder. O idealismo ou racionalismo também não ignora esse dado.

Na História do Direito, Ross (2000, p. 374) observou que as ideologias proclamadas e aceitas como verdades racionais têm assumido a forma de deduções a partir das verdades eternas da Justiça e do Direito Natural. Em oposição ao idealismo extremo, Ross (ibidem) afirmou que “parece-me que a teoria delineada neste capítulo constitui uma primeira tentativa fragmentária nessa direção. Desse modo, a teoria de Alf Ross (ibidem) se baseia no ponto de vista fundamental de que a discussão política não se dá no plano da lógica; nem se trata de

provar verdades. A melhor discussão política para ele deve se desenvolver no plano psicológico-técnico.

Aprofundando o criticalismo desse mesmo autor, encontramos, ainda, outros trechos valiosos que são esclarecedores na construção do conhecimento intermediário:

A política jurídica abrange os seguintes elementos (ROSS, 2000, p. 379-80): 1- os problemas especificamente técnico-jurídicos de natureza sociológico-jurídica (política jurídica em sentido próprio; 2) os outros problemas políticos estreitamente ligados àqueles na prática, que por sua índole pertencem na realidade ao campo profissional de outros especialistas, e a respeito dos quais o jurista aparece, portanto, como um “especialista de segunda mão”; 3) a atividade de pesar considerações e decidir como árbitro dos especialistas; e 4) a formulação linguística da decisão (a qual, diga-se de passagem, dificilmente pode ser separada da própria decisão), numa *linguagem jurídica aceitável e que se harmoniza com o corpo de normas existentes* [grifo nosso].

Em questões de política jurídica, em sentido estrito, é preciso buscar as premissas em nível mais elevado, na tradição cultural, no corpo das ideias compartilhadas relativamente permanentes. Uma das formas mais importantes de se revelar essa tradição é a legislação prévia e a tradição política como um todo. Entretanto, essa tradição pode ter se tornado retrógrada relativamente às mudanças culturais, pode haver um atraso cultural. O problema da política jurídica é um problema de ajuste. Aponta para uma mudança nas condições existentes, nunca para uma reformulação radical do Direito, a partir de seus fundamentos em direção do espaço vazio sem fundo histórico (ROSS, 2000, p. 384).

A ideia de uma interpretação puramente lógica, isenta de todo pragmatismo, é uma ilusão; em segundo lugar, a ideia de pureza das ciências não é prejudicada, desde que se indique com clareza o limite entre a ciência e a política (ROSS, 2000, p. 387).

A consciência jurídica entendida como aquela que prevalece na comunidade só pode ser considerada como circunstância fática, não como um motivo em si mesma. Vimos que a consciência Jurídica pode constituir às vezes uma resistência ou mesmo uma barreira às exigências da política jurídica em prol de reformas fundadas em considerações práticas.

A consciência jurídica pode chegar a desempenhar um papel mais decisivo ainda em certas circunstâncias, a saber, quando as considerações práticas estão ausentes. Visto que qualquer reforma jurídica é em si uma intervenção que acarreta inconveniências próprias a toda mudança, deve provar que é justificada. Se não existirem considerações práticas que a justifiquem, será preciso remeter-se à tradição arraigada na consciência Jurídica popular (ROSS, 2000, p. 426).

[...]. É mister preservar a continuidade na tradição jurídica e tentar, ao mesmo tempo, satisfazer novas aspirações. É claro, *configuração mais detalhada da consciência jurídica em regras de Direito manejáveis* [grifo nosso] tem que atender a considerações técnicas fundadas em conhecimentos sociológicos ou em cálculos (ROSS, 2000, p.429-30).

2 METODOLOGIA GERAL DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS

O roteiro de trabalho das Ciências Jurídicas procura conhecer a origem, composição, utilização e transformação do seu objeto de estudo por excelência que é o Direito, situado no tempo histórico e espaço social.

Em termos metodológicos, o objeto de estudo é a “coisa”, ou tema, que se pretende conhecer através da pesquisa jurídica. Existem, nesse sentido, objetos automáticos de estudo, como o Direito Constitucional, Penal, Civil, Econômico, Previdenciário, Ambiental, Trabalhista, etc.

Além do Direito positivo, há também o Direito não positivado, que representa expectativas e merecimentos humanos que ainda não foram positivados.

Nas pesquisas jurídicas do dia a dia, são infinitas as possibilidades de delimitação do objeto de estudo; podendo representar concretamente um fato, um comportamento, uma norma, um valor, ou uma relação de várias relações a serem qualificadas pelo pesquisador.

As Ciências Jurídicas se deparam com dois atores principais na História do Direito, normas e agentes sociais, que se inter cruzam em maior ou menor gravidade em determinado quadro epistemológico.

As normas são estruturas direcionais do comportamento humano impostas pelo Estado. Os agentes normativos ou sociais, por outro lado, compreendem pessoas e instituições que aplicam as normas de acordo com seus interesses, preferências e convicções.

Tradicionalmente, as Ciências Jurídicas são classificadas em duas modalidades: *stricto* e *lato sensu* (NADER, 2005; RADBRUCH, 2004; ROSS, 2000). De um lado, domina a Dogmática onde pesquisador analisa as doutrinas, os costumes, a legislação e as aplicações institucionais e históricas do Direito por meio da Jurisprudência em geral. De outro lado, encontram-se várias Ciências Humanas que estudam a interação da legalidade com a vivência das pessoas e instituições por meio de abordagens interdisciplinares que vêm da Antropologia, Sociologia, Pedagogia, Economia, História, Ciência Política, etc.

Independentemente dessas duas modalidades científicas, *stricto* e *lato sensu*, o metodologista Karl Larenz (1997) ressaltou a importância da interdisciplinaridade para se conhecer a complexidade do Direito.

Igual reconhecimento por esse método de procedimento foi demonstrado pela *Teoria tridimensional* do jurista Reale (1986), incluindo fato, norma e valor, que se inter cruzam na dialética da complementaridade.

Mais recentemente, Montarroyos (2012) ampliou a teoria tridimensional de Reale, destacando que as variáveis Indivíduo, Instituição, História e Discurso são igualmente necessárias e indissociáveis na argumentação jurídica, uma vez que a existência do Direito é produzida por Homens que se relacionam com Instituições públicas e privadas localizadas no tempo e no espaço, mediados por valores, discursos e estratégias dos agentes sociais.

O Direito pode ser classificado em duas categorias: positivado e não positivado. No primeiro tipo, encontram-se as normas oficiais do ordenamento jurídico. No segundo, destacam-se as reivindicações, as expectativas e os Direitos Naturais que ainda não foram oficializados pelo Poder Legislativo ou não são reconhecidos pelos Tribunais.

Há três problemas clássicos abordados pela Ciência Jurídica, antinomia, lacuna e injustiça, que exigem soluções compatíveis encontradas por meio de quatro técnicas metafísicas: pesagem, gradação, mapeamento e trânsito das ideias.

343

Pela técnica da pesagem retoma-se o modelo proposto por Aristóteles (2001), em sua obra “*Ética a Nicômaco*”, onde a balança imaginada pelo pesquisador pesa os extremos da carência e do excesso e em seguida propõe um meio-termo, um ponto de equilíbrio conciliador, que contempla o interesse e a preferência de *gregos e troianos*. Oportuno ressaltar que a imagem do desequilíbrio é uma excelente fonte inspiradora de conhecimento jurídico. Com a balança aristotélica podemos realizar imaginativamente a ponderação, a mediação, a conciliação e a equidade do processo judicial e extrajudicial.

Pela técnica da gradação kantiana, de outro modo, escalonamos as ideias, as normas e os fenômenos sociais em uma gradação piramidal, variando do grau máximo ao mínimo, atravessando graus intermediários. Bobbio (1999) e Kelsen (2005), por exemplo, adotaram a gradação piramidal com o objetivo de reorganizar o universo lógico das normas inferiores, intermediárias e superiores.

Pela técnica do trânsito das ideias, por sua vez, o pesquisador parte da premissa de que as normas podem fluir em certo contexto bem sinalizado institucionalmente; porém, em outras situações mal administradas, há o risco de acontecer acidentes ou choques de antinomia que poderão ser enfrentados com alguma intervenção reparadora e harmonizadora do sistema. Bobbio (1999), por exemplo, afirmou que a antinomia é o choque da contradição entre a

norma que permite e a outra norma que não autoriza a mesma matéria ou a mesma conduta legal.

Finalmente, pela técnica do mapeamento ou geografia das ideias a exemplo do que propôs o jurista Bobbio (1999), podemos localizar possíveis lacunas ou buracos que causam acidentes, insegurança jurídica e consequentemente, colapsos pontuais no fluxo da legalidade. A lacuna se refere ao problema da inexistência de uma norma específica sobre determinado tema do cotidiano.

No Direito positivo é previsível que existam lacunas e antinomias, uma vez que o Legislador e os agentes normativos não possuem sapiência perfeita, nem domínio completo sobre a produção das normas jurídicas na esfera municipal, estadual, federal e internacional.

Além disso, no estudo das normas, não existem apenas regras de Direito compondo solitariamente a argumentação jurídica; mandando, proibindo ou permitindo algum comportamento humano ou institucional. Herbert Hart (1994) destacou no prólogo do livro “O conceito de Direito” que existem princípios, que são estruturas inconcludentes e abertas a imaginação de seus usuários; que variam na prática, através do peso que lhe atribuem os operadores da Lei. Hart (op. cit.) reconheceu inclusive que o fenômeno institucional do convencionalismo desenvolve uma série de critérios e princípios morais convergentes entre os juízes que tentam assegurar a harmonia entre as sentenças proferidas, a partir de um processo decisório já consolidado, reconhecido e bem-sucedido na jurisprudência local.

Outros analistas, dentre eles, Robert Alexy (citado por Ávila, 2005); Ronald Dworkin (2007) e Ferrajoli (2004) também notaram que existe uma dinâmica indissociável entre os princípios (que são estruturas pensantes e axiológicas do Direito), as regras (que são estruturas determinantes do que pode e não pode ser feito) e os critérios (que são estruturas praticantes e procedimentais do Direito).

Quando os princípios entram em contradição entre si, Humberto Ávila (2005) notou a importância dos critérios de ponderação e preponderância. No primeiro critério, a solução provém de um ato reflexivo imanente, compondo a solução que se projeta a partir dos princípios de base; no segundo caso, o princípio apaziguador vem prontamente de fora para dentro do conflito, por exemplo, o princípio do devido processo legal; da autonomia das partes; ou da dignidade da pessoa humana, que podem ser preponderantes ou irrefutáveis em determinado contexto.

Também, quando há necessidade de se produzir uma decisão judicial ou institucional são utilizados estrategicamente os critérios da proporcionalidade e razoabilidade. Esses dois elementos são classificados como critérios em nosso entendimento porque funcionam como esquemas operacionais de tomada de decisão. A proporcionalidade exige um procedimento metafísico: dosar o rigor e punição da Lei na medida certa sobre a gravidade do caso concreto. A razoabilidade, por sua vez, exige um procedimento operacional, ou seja: interligar a finalidade ética ou jurídica da Lei usando um determinado meio legal ou ético para atingi-la, observando o bom senso e a moderação das ideias.

Complementando o debate sobre a composição das normas, outros analistas como Leite&Pimenta&Pelá (2005) enfatizaram que existem três critérios que em nosso ponto de vista *servem* para avaliar a qualidade de uma decisão jurídica, administrativa e até mesmo acadêmica. Pelo critério da justeza do Direito ou semelhantemente justa-habilidade intelectual avaliamos se a decisão é justa e ajustável ao caso concreto e à Lei. Pelo critério da efetividade avaliamos se a decisão jurídica ou administrativa responde às expectativas práticas do Direito. Pelo critério da validade ou validez avaliamos se a decisão ou proposição acadêmica caminham na direção da oficialidade jurídica.

345

Outro problema clássico do ordenamento jurídico diz respeito à injustiça de uma sentença que idealmente deveria restaurar a dignidade da pessoa e da sociedade, condenando atos ilegais e ilícitos e ao mesmo tempo corrigindo as perdas sofridas tanto pela vítima como pela sociedade.

Para os positivistas, lacuna, antinomia e injustiça podem ser devidamente resolvidos sem se desviar do princípio da legalidade, usando três técnicas de reparação lógica. Em primeiro lugar, para corrigir a antinomia jurídica, Bobbio (1999) recomendou a eliminação de uma das normas ou então a intervenção de uma terceira norma capaz de pacificar ou de conciliar os conflitos. Esse processo de eliminação deveria contar, ainda, com o auxílio dos critérios de especialidade, cronologia e hierarquia. Pelo critério da especialidade, prefere-se a norma mais específica em lugar da mais abrangente. Pelo critério da hierarquia, o juiz escolhe as normas superiores ao invés das inferiores. Pelo critério da cronologia, o juiz opta pelas normas atuais e mais modernas, deixando de fora as normas antigas que não atendem à novidade do cotidiano.

Em segundo lugar, a fim de corrigir o problema da lacuna jurídica, Bobbio (1999) propôs o uso da analogia e da interpretação sistêmica. No primeiro caso, o juiz afirma que há

uma relação de semelhança entre a decisão judicial atual e as sentenças do passado. No segundo caso, o intérprete preenche a lacuna desenvolvendo recursos que garantiriam a integração do sistema jurídico.

Em terceiro lugar, tentando corrigir esses dois problemas, ou seja, lacunas e antinomias, Bobbio (1999) reconheceu a existência de outra técnica substancial que nem sempre é autorizada oficialmente por Lei: a equidade do juiz; que poderia ser a melhor de todas as estratégias visando garantir a justiça ao caso concreto se não houvesse o grave risco de o juiz cometer arbitrariedades e confusões hermenêuticas que, no final, tendem a comprometer o próprio direito do cidadão que depende do formalismo jurídico. Na equidade, existe um grau exagerado de poder discricionário do juiz, ou seja, um ilimitado subjetivismo de criação.

Superando o formalismo jurídico, defendido por Bobbio (1999) e por outros autores positivistas, o professor Ferrajoli (2004) chamou a atenção para o fato de que lacunas, antinomias e injustiças não são apenas fenômenos formais do Direito. Ferrajoli (2004) lembrou que antinomias e lacunas expressam muitas vezes problemas com a realidade ou a efetividade social do Direito. Nesse sentido, ele enfatizou que a Justiça pode ser uma prática de natureza formal e substancial. No primeiro caso, a Justiça formal segue a lógica do sistema burocrático; no segundo caso, devem ser atendidas as garantias dos Direitos Naturais que nem sempre estão escritos no ordenamento positivo ou são destacados no convencionalismo dos Tribunais.

346

3 TEORIAS JURÍDICAS

O positivismo reconstrói e reforça o sistema jurídico vigente, dedicando especial atenção ao aspecto funcional e idealista das normas; por isso, é denominado de *normativista*. Uma das técnicas hermenêuticas clássicas do jus positivismo usadas para suprir as lacunas do Direito consiste em recuperar a vontade do Legislador no momento em que determinada Lei foi editada. Nessa e em outras situações o critério da validade orienta a qualidade das proposições imaginadas pelo pesquisador positivista.

Já a hermenêutica sociológica, diferentemente, procura ligar o texto com o contexto social, onde o pesquisador assume o papel de mediador, conciliador ou árbitro democrático das ideias, levando em conta a fala de outros sujeitos portadores de direitos e que foram

entrevistados ou questionados e depois incluídos no *auditório* bibliográfico da monografia jurídica.

Com a hermenêutica sociologista, o pesquisador considera que antinomias e lacunas não existem apenas na relação interna entre as normas do ordenamento nacional, mas fundamentalmente aparecem na relação das normas com determinado contexto; podendo ser lacunas e antinomias do tipo social, ético, constitucional, etc. Consequentemente, a pesquisa deve estar aberta ao relativismo e ao pluralismo democrático a fim de encontrar uma verdade consensual e justa entre as partes no contexto da legalidade.

O existencialismo jurídico, de outro modo, se dedica ao estudo da existência do Direito na vida das pessoas e da Sociedade; critica também a massificação administrativa e cultural por meio de uma constante relativização do significado do Direito perante as conveniências do caso concreto; e postula que os agentes sociais devem ter autonomia e livre capacidade de usufruir do seu direito natural de escolha (MONTARROYOS, 2013).

A fenomenologia ou culturologia conforme demonstrou Miguel Reale (1986) se dedica ao estudo da dialética da complementaridade entre fatos, normas e valores (MONTARROYOS, 2012). A fenomenologia acredita que o Direito representa uma cultura estatal dinâmica a ser interpretada com a inclusão de sentimentos e valores legais e extralegais.

O anarquismo jurídico, segundo Buchanan (1975), reúne o jus naturalismo, a economia política smithiana e a ética kantiana que fundamentam um novo conceito de interpretação e até mesmo de produção normativa, a chamada *anarquia ordenada* ou *positivada*, onde tudo pode acontecer dentro de determinada Lei e em certas condições especificadas, como é o caso da Lei brasileira de arbitragem onde os procedimentos liberais e democráticos instrumentalizam a resolução de conflitos de maneira personalizada e confidencial na Câmara de Arbitragem (cf. ALBUQUERQUE&MONTARROYOS, 2014).

O marxismo jurídico, por sua vez, analisa e propõe meios de socialização do Direito, evitando a privatização institucional das Leis, conforme sugeriu o mestre Lyra Filho (2005). No arcabouço criticalista desse autor, é expressamente recomendado o trabalho da militância jurídica em favor de uma nova cultura na sociedade civil organizada, criticando e desmascarando o jus positivismo e o jus naturalismo. Nessa metodologia de pesquisa são decisivos o trabalho de campo, a observação participante e a análise ideológica. Na base do raciocínio do autor Lyra Filho (op. cit.), encontram-se a fenomenologia de Lukács e a

hermenêutica de Gramsci. Segundo Lukács (2003) o maior inimigo da classe trabalhadora não é a burguesia, mas a consciência de classe do trabalhador, repleta de vícios e ideologias burguesas. Gramsci (2001), por sua vez, enfatizou a necessidade histórica de uma nova pedagogia e cultura política de libertação da classe trabalhadora.

O pragmatismo jurídico, outra teoria popular, se dedica ao estudo dos critérios oficiais (e não exclusivamente pessoais) de efetivação dos direitos fundamentais, a exemplo do garantismo penal do jurista Ferrajoli (2004). O pragmatismo propõe técnicas processuais que poderiam supostamente otimizar: 1- a verificabilidade da acusação, 2- a produção da verdade e 3- a *justiciabilidade* nos processos judiciais, tendo em vista a humanização e a racionalização do Direito Penal.

O humanismo jurídico, por último, desenvolve a ética da dignidade, destacando que os Direitos Humanos são um instrumento conceitual de conversação democrática e não uma imposição absolutista e finalista autoritária que desconsidera necessariamente a realidade cultural dos atores envolvidos (MONTARROYOS, 2013). A pesquisa humanista desenvolve o anarquismo metodológico, onde tudo é bem-vindo, desde que facilite a positivação e a efetivação dos Direitos Humanos internacionais.

348

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS TESES

Nessa seção, o conteúdo das melhores teses de Direito premiadas pela Fundação Capes será sintetizado dentro das categorias fundamentais do metaprograma de pesquisa jurídica declarado anteriormente, ficando visíveis, desse modo, as diferentes estruturas programáticas utilizadas por cada um dos autores das teses.

4.1 Prêmio CAPES 2010

A tese premiada em 2010 pela Fundação Capes, intitulada “Hermenêutica jurídica heterorreflexiva: limites e possibilidades de uma filosofia *no* Direito”, do autor Wálber Araujo Carneiro (2009), idealizou a importância da metodologia hermenêutica e fenomenológica, reutilizando a teoria de Heidegger e Gadamer, entre outras referências, com a intenção de fundamentar uma ruptura epistemológica na tradição positivista.

A hermenêutica heterorreflexiva dessa pesquisa propôs a abertura “contra textual e problemática” da Lei e argumentou a favor do integracionismo da doutrina com a jurisprudência, reforçando a ligação das regras com os princípios.

No entendimento do autor desse modelo institucional, a hermenêutica jurídica heterorreflexiva é uma proposta teórica que para o bem da política deve levar em consideração os limites do Direito; por isso, está comprometida com as demandas de uma sociedade complexa e plural onde se encontram os *déficits* da modernização tardia. É, portanto, segundo o seu autor, uma alternativa teórico-metodológica entre o jus positivismo e o jus naturalismo; uma terceira via entre o que o autor chamou de *ceticismo descompromissado* e *compromisso irresponsável*.

Para fundamentar essa metodologia idealista o autor percorreu uma sequência racionalista, dividida em quatro partes.

Em primeiro lugar, Wálber Carneiro (2009) avaliou criticamente a separação indesejável da Filosofia com a Ciência, reaproveitando as reflexões originais do filósofo Aristóteles entre outros, que foram favoráveis à integração da prudência com a técnica do Direito e com a prática política.

Em segundo lugar, o autor refez os limites da Ciência moderna, através do qual notou historicamente a separação entre o sentido moral e a razão técnica do Direito e da Política.

Em terceiro lugar, o autor recapitulou os alicerces da fenomenologia, da hermenêutica e do existencialismo, recuperando filósofos como Kant, Husserl, Habermas, Gadamer, Heidegger e Dworkin, visualizando entre eles a importância do relativismo e do debate democrático e humanista que são necessários para se obter os consensos na Democracia.

Em quarto lugar, o autor sintetizou a fundamentação do método hermenêutico heterorreflexivo, destacando que o próprio Direito deveria ser um espaço público aberto ao diálogo e à contestação; onde se poderiam “jogar” coletivamente os direitos, dentro das regras oficiais, reconhecendo-se fundamentalmente a capacidade de argumentação dos participantes.

4.2 Prêmio CAPES 2011

Na tese intitulada “Direitos fundamentais indisponíveis: os limites e os padrões do consentimento para a autolimitação do direito fundamental à vida”, a autora Letícia de Campos Velho Martel (2010) levantou algumas questões intrigantes; por exemplo: - quais os

limites e padrões a serem observados sob o enfoque constitucional para a autolimitação de posições jurídicas subjetivas do direito à vida?

Como hipótese, a autora formulou a seguinte resposta: - apesar de ser justificável, em linha de princípio, que um sistema jurídico repute o direito à vida como algo indisponível, poderá ocorrer a autolimitação desse direito, mediante consentimento genuíno quando associado a determinadas condicionantes de fato e de direito.

Na crítica da autora dessa tese, o problema da indisponibilidade do direito à vida reclama propostas de solução em sintonia com o sistema constitucional. Desse modo, não podem dominar as soluções demasiadamente simplistas, baseadas em noções paternalistas de proteção do indivíduo contra seus próprios atos, à revelia de seus interesses, de seus direitos e de suas mais profundas convicções.

Para desenvolver o seu idealismo constitucional, a autora dessa tese usou a técnica da interdisciplinaridade com a Bioética e a Filosofia Política concentrada no liberalismo igualitário, analisando materiais públicos como legislação brasileira e documentos jurídicos internacionais.

350

O marco teórico selecionado nessa pesquisa foi o liberalismo igualitário, através do qual se concebe o sujeito hábil para fazer escolhas morais relevantes no que toca a sua existência. Esse marco teórico possui como pressuposto o pluralismo do Direito.

O liberalismo igualitário deposita no cidadão a capacidade e a responsabilidade de agir. Por isso, a autonomia privada do cidadão não pode ser dominada por outras agências coletivas, como Mercado, Estado e Sociedade. Entretanto, ao mesmo tempo, não se admite um sujeito completamente ilhado, autossuficiente por si só, e absolutamente distanciado das manifestações coletivas do eu.

Essa tese de Direito até certo ponto é idealista. Entretanto, o salto na direção do realismo é flagrante quando a autora formalizou a necessidade de adoção de quatro políticas públicas da seguinte forma:

- (a) regulamentação dos contornos da LCT: *limitação consentida de tratamento*;
- (b) incentivo, aperfeiçoamento e promoção dos sistemas de cuidados paliativos e de controle da dor;
- (c) incentivo, aperfeiçoamento e promoção dos Comitês Hospitalares de Bioética;
- (d) e educação dos profissionais da saúde para a tomada de decisões morais complexas e para o trato com a finitude humana, além de garantir-se a boa informação ao público em geral.

A mesma autora apresentou diretrizes básicas para a genuinidade do consentimento à eutanásia e suicídio assistidos. Considerou, especificamente, que na *limitação consentida de tratamento* (LCT) são necessárias as seguintes salvaguardas:

- (a) a verificação da origem da decisão e da maturidade da manifestação por profissionais habilitados, após o adequado processo de informação;
- (b) a confirmação do diagnóstico e do prognóstico;
- (c) a verificação da inoccorrência de depressão tratável;
- (d) a verificação da adequação dos paliativos e tratamentos para a dor oferecidos;
- (e) a verificação de eventuais conflitos de interesses entre a instituição hospitalar, a equipe de saúde e os interesses dos pacientes e de seus responsáveis;
- (f) a garantia de assistência plena, se desejada e a verificação da inexistência de conflitos econômicos;
- (g) a constatação da inexistência de eventuais conflitos de interesses entre o paciente e os seus familiares ou representantes;
- (h) e finalmente, o debate dos casos e das condutas por Comitês Hospitalares de Bioética, quando ainda não houver posicionamento em situações análogas.

4.3 Prêmio CAPES 2012

Na tese intitulada “Extra fiscalidade e meio ambiente: o tributo como instrumento de proteção ambiental - reflexões sobre a tributação ambiental no Brasil e na Costa Rica”, o autor Carlos Eduardo Peralta Montero (2011) fez estudo de caso, aplicou a técnica do direito comparado e deduziu várias propostas direcionadas ao Legislativo que poderiam otimizar a prática verde, humana, econômica, cidadã e democrática do sistema tributário brasileiro.

Essa tese de doutorado até certo ponto é idealista, pois o autor fundamentou o ideal de um Direito Tributário “verde”. Entretanto, em certo momento, a pesquisa deu um salto realista, propondo medidas prático-transcendentais.

A tese observou que nos ordenamentos jurídicos do Brasil e da Costa Rica não existe uma previsão legal que regule expressamente as características e os elementos comuns que identificam os tributos ambientais. Diante desse quadro, a tese apresentou propostas de como viabilizar um novo ordenamento tributário “verde” pela via Legislativa.

Segundo o autor dessa tese, considera-se que uma nova legislação é possível conforme as disposições das Constituições políticas de ambos os países, mas a sua introdução responderá necessariamente a um ato de vontade política que deverá representar uma discussão social e técnica sobre a matéria.

A partir das reflexões do autor dessa tese, foram introduzidos parâmetros claros que respeitando os limites constitucionais impostos ao Poder Tributário poderiam orientar e

facilitar a criação e implementação de tributos ambientais *stricto sensu* nos ordenamentos jurídicos do Brasil e da Costa Rica.

Também, o autor recomendou a elaboração de uma legislação de caráter geral que permitiria a aplicação efetiva do tributo ambiental. Com esse intuito, o autor da tese ressaltou que deveriam ser consideradas com maior grau de atenção as importantes pautas estabelecidas pelo Modelo de Código Tributário Ambiental para América Latina (MCTA-AL).

Segundo o autor da tese, o MCTA-AL é um valioso instrumento acadêmico e técnico, cujas recomendações poderiam ser consideradas construtivamente na hora de se estabelecer no Brasil e na Costa Rica uma legislação adequada.

O objeto de estudo dessa tese é o Direito Tributário; nesse sentido, o autor percebeu um problema relacionado com a *sociedade do risco* onde o Estado deve intervir por meio de um tipo ideal de ordenamento jurídico baseado no paradigma da sustentabilidade e da democracia.

A proposta normativa de um tributo ambiental exigiria na concepção dessa tese uma análise técnica prévia e uma valoração das consequências econômicas, sociais e ambientais. Consequentemente, para se criar esse novo tributo ambiental uma nova proposta normativa deveria ser submetida a um tríptico controle, observando: (1) a Idoneidade; (2) a Necessidade e; (3) e a Proporcionalidade em sentido estrito.

Segundo o autor da tese, o Direito é um instrumento de organização da sociedade que estabelece vínculos e limites com a finalidade de procurar o maior bem-estar social; por esse motivo o Direito Tributário não pode ficar alheio à complexa problemática ambiental que caracteriza a *sociedade de risco* contemporânea; deveria buscar, portanto, apoio técnico de outras ciências e ser orientado pelos postulados ético-ambientais.

De acordo com o autor da tese, o Direito Tributário deve implementar instrumentos que permitam guiar as condutas dos seres humanos nas suas relações com o meio ambiente, com o intuito de que seja superado o tradicional antagonismo existente, desde longa data, entre as atividades econômicas e a Natureza.

O autor declarou que sua tese de doutorado contribui ao propor a introdução da variável ambiental nos sistemas tributários do Brasil e da Costa Rica, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável.

4.4 Prêmio CAPES 2013

O autor Emilio Peluso Meyer (2012) na tese intitulada “Responsabilização por graves violações dos direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF n. 153/DF pelo Direito internacional dos Direitos Humanos” investigou a forma como os juízes da magna instituição judiciária brasileira se posicionaram recentemente em relação à Lei de Anistia na arguição do descumprimento de preceito federal *n. 153/DF*.

Essa tese aplicou o conceito de *Justiça de Transição* que serviu para sintetizar o ideal do Estado Democrático de Direito com o estudo de caso que analisou a realidade dos votos do Supremo Tribunal Federal envolvendo a Lei de Anistia e o caso Gomes Lund, da Guerrilha do Araguaia.

O conceito prático-transcendental da *Justiça de Transição* permitiu repensar a teoria e a prática do Estado Democrático de Direito circunscrito ao tema da Anistia e Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, o autor apontou várias decisões políticas substantivas que são exigidas pela *Justiça de Transição* e que funcionariam como *links* prático-transcendentais entre o empirismo do Tribunal e o idealismo constitucional.

A tese recomendou as seguintes medidas:

- a) é preciso definir os critérios para a acusação de perpetradores;
- b) é preciso definir as formas de punição de tais perpetradores nos termos da lei;
- c) além do mais, se as sanções penais não forem aplicadas imediatamente, pode-se cogitar o uso de sanções políticas;
- d) mesmo que não sejam aplicadas penas criminais, deve-se verificar a necessidade de expurgos na administração pública;
- e) finalmente, é preciso, antes de reconhecer as reparações às vítimas, definir-se os critérios por meio dos quais alguém pode ser enquadrado nessa categoria;
- f) a meta é encontrar formas de reparação às vítimas.

O autor dessa tese analisou o voto de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) onde se constatou a presença de várias contradições e descompassos constitucionais na exposição de motivos dos notáveis juízes, especificamente quando debateram a origem histórica da Lei de Anistia, que foi largamente romantizada entre os ministros, considerando nessa perspectiva que essa Lei específica seria um espelho da vontade geral do povo brasileiro e não dos militares adeptos da Ditadura que, de fato, se beneficiaram plenamente da Anistia na época de sua publicação.

Na segunda parte dessa tese, foi analisada a decisão da Corte interamericana sobre o caso do guerrilheiro Gomes Lund, mostrando uma outra forma de interpretar esse problema histórico da Ditadura no Brasil, tendo em vista, dessa vez, não a Justiça estatal, mas a *Justiça humana*.

No final, a tese desenvolveu algumas reflexões envolvendo o conceito de *Justiça de transição*, permitindo ao pesquisador diagnosticar a maneira subótima como esse conceito vem sendo aplicado no Brasil a partir da Constituição de 1988.

4.5 Prêmio CAPES 2014

A tese intitulada “Infraestrutura sob uma perspectiva pública: instrumentos para o seu desenvolvimento”, do autor André Castro Carvalho (2013), fez estudo de caso e utilizou o método comparativo abordando as experiências da China, Índia, Brasil, Estados Unidos e países europeus, procurando no final da pesquisa validar as alternativas internacionais apresentadas sistematicamente, com a intenção de motivar o gestor público a praticar o conceito de infraestrutura a serviço do desenvolvimento nacional dentro dos padrões constitucionais.

Empiricamente, a investigação dessa tese analisou os investimentos públicos internacionais em infraestrutura, em especial, as experiências da China e Brasil.

Segundo o autor dessa tese, o conceito de infraestrutura pode ser abordado a partir de outro olhar da sociedade, subsidiando a tomada de decisões políticas que idealmente devem impulsionar a melhoria das condições econômicas e sociais especialmente do Brasil.

O objeto de estudo dessa tese é o Direito Público, onde o autor notou um problema conceitual grave que é a interpretação *subótima* ou fraca da Constituição no tema da infraestrutura; como solução, o autor elaborou um conceito “*ad hoc* e taxonômico” a fim de definir o que vem a ser a infraestrutura pública; preocupação essa não externada, por exemplo, na legislação pátria.

Nesse sentido, a tese recuperou a história do conceito de infraestrutura desde a Idade Antiga e adentrou na experiência recente de outros países, além de ter aprofundado o conhecimento das políticas públicas do governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva nas décadas de 1990 e 2000.

A infraestrutura foi avaliada pelo autor dessa tese como determinante no desenvolvimento econômico e social. Como solução crítica da pesquisa, foram indicados

alguns instrumentos orçamentários para alcançar o ideal de desenvolvimento nacional e social, como, por exemplo, o crédito público, a vinculação de receitas e a despesa mínima obrigatória para infraestrutura pública. Em razão disso, o estudo ganhou um capítulo especial sobre os instrumentos voltados para o desenvolvimento da infraestrutura pública.

Conclui-se diante do que foi exposto que essa tese de Direito é criticalista de base idealista, pois o autor no primeiro momento reorganizou o sistema tributário ideal; mas em seguida, deduziu meios práticos, visando operacionalizar as suas proposições acadêmicas pela via Legislativa; construindo, assim, uma proposta na área da Política do Direito.

4.6 Prêmio CAPES 2015

A tese do autor Martin Perius Haeberlin (2014) intitulada “Crítica da razão do Estado: uma (re) formulação do conceito de interesse público e a correlata construção de um Estado Meritocrático de Direito” fez uma exaustiva reflexão kantiana ou metafísica-inventarial das ideias a fim de investigar criticamente a possibilidade de uma nova epistemologia do Direito Público, a partir do conceito dos *interesses público e privado*, construindo finalmente um juízo sintético, *a priori*.

355

Essa tese desenvolveu uma fundamentação prático-transcendental onde o conceito de interesse público foi reformulado com novas demandas humanistas, ecológicas e democráticas.

O objetivo dessa tese foi resolver os problemas de delimitação e de relação entre o interesse público e o privado, e a partir dessa delimitação, prognosticou certos efeitos dessa distinção na prática administrativa.

Com esse objetivo, a tese desenvolveu os seguintes procedimentos. Primeiro, estabeleceu como objeto de estudo a supremacia do conceito de interesse público; segundo: aplicou uma metodologia transcendental no sentido de perguntar e responder sobre a possibilidade de existência e de utilidade desse mesmo conceito na realidade; terceiro: analisou as implicações teóricas e práticas desse conceito acompanhando os critérios normativos da realidade.

Consequentemente, foi desconstruído o conceito clássico de interesse público, tanto no plano da Teoria Geral do Estado, como no plano da Teoria do Interesse do Estado. Nesse processo de análise, foi realizado um esforço possibilista das ideias a fim de alargar o conhecimento especulativo e imaginativo além da experiência, configurando-se um estudo

sintético *a priori* que envolveu a combinação de elementos humanistas e jurídicos na formulação de uma nova totalidade crítica, denominada “*Estado Meritocrático de Direito*”.

Apesar da grande dose idealista na construção de sua tese, o autor criticou abertamente a tradição intelectual racionalista que deposita fé no método sistemático, cultivando acentuada carga doutrinária em suas reflexões, com primazia à Lei, mas dedicando pouca atenção crítica aos conceitos que fundamentam as normas jurídicas. Também o autor criticou o realismo que atribui valor absoluto aos precedentes judiciais e elabora suas conclusões infelizmente restritas ao método empírico-indutivista. Como alternativa para escapar desses dois extremos, “usualmente desconhecida mesmo aos iniciados na Teoria Geral do Direito e que aparece como resultado da fusão dos dois anteriores”, o autor dessa tese citou o exemplo do analista Juarez Freitas que propôs a “tópico-sistemática”. O autor da tese lembrou que a fusão entre esses dois métodos, embora de modo vago, apareceu também na obra do jurista brasileiro Pontes de Miranda no século passado, quando afirmou que a Ciência do Direito é num primeiro momento observacional e indutiva e posteriormente, incorpora o trabalho da lógica dialogando com os fatos (op. cit. p. 264).

356

Nessa tese de doutorado, o método utilizado para ligar o idealismo com o realismo foi o método kantiano, ou *criticista* no termo original; não sendo apenas um trabalho analítico, ou somente pragmático, buscando, de outra forma, a *dialética do conceito*, segundo palavras do próprio autor (ibidem, p. 353). Nesse sentido, o autor dessa tese propôs três mandamentos que fundamentariam as políticas de mérito: a) equilíbrio entre igualdade e liberdade; b) menor entropia; c) e não egotopia.

Em geral, as medidas prático-transcendentais sugeridas nessa tese buscariam compatibilizar o interesse público com o privado, por meio de um Estado racional que garantiria igual oportunidade para todos, por exemplo, através das políticas de cotas nas universidades, mas sempre preservando a liberdade das pessoas para definirem o seu máximo existencial por conta própria, a partir da política de inclusão social do Estado; por outro lado, aqueles que fossem contemplados com as políticas assistenciais deveriam retribuir ao Estado alguma forma de serviço público, fechando assim o círculo virtuoso entre o interesse privado e público. Nesse ponto, o autor admitiu que o modelo do *Estado Meritocrático* seria melhor conceituado por Ronald Dworkin, sobretudo observando-se a obra “A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade”, onde se postulou a ideia do mínimo existencial.

Segundo o autor dessa tese, o “*Estado Meritocrático*”, uma vez equilibrando Liberdades e Desigualdades, protegeria a dignidade de todos, na consideração do mérito de cada um e criaria assim um espaço adequado para o desenvolvimento mútuo.

A partir dessas observações, podemos dizer que a *não-egotopia* teria o seguinte mandamento: “toda ação estatal deve fundamentar-se em equilíbrio reflexivo, evitando concepções obtusas dos direitos fundamentais capituladas por grupos com orientações e comportamentos padronizados, cujo objetivo prevalece, por imposição vertical sobre todo o sistema jurídico, nele já incluídos os próprios Direitos fundamentais”.

Avaliando essa tese, trata-se, portanto, de uma pesquisa criticalista de base idealista ao propor três mandamentos prático-transcendentais que transformariam as políticas públicas em *políticas de méritos* dentro dos seguintes critérios:

(1) Equilíbrio entre igualdade e liberdade, isso é, a ação estatal – em alocações de bens, serviços e posições relacionadas a deveres de justiça distributiva – pode discriminar, contanto que, suposta uma posição inicial de igualdade, o faça legitimada em atos pessoais do interessado que tenham causado ou corroborado com a discriminação.

(2) A menor entropia, tanto em termos jurídicos – isso é, toda ação retrospectiva (remédios para equilibrar igualdade e liberdade na posição inicial) deve ser conjugada com uma ação prospectiva (programas meritórios) de mesma valência - como em termos econômicos; isso é, toda ação prospectiva, para integralizar perfeitamente o seu escopo, deve conter, em seu objeto, uma utilidade imediata (contra prestacional) e uma utilidade mediata (sustentável).

(3) A não-egotopia, isso é, toda ação estatal deve fundamentar-se em equilíbrio reflexivo, evitando concepções obtusas dos direitos fundamentais capituladas por grupos com orientações e comportamentos padronizados, cujo objetivo prevalece por imposição vertical sobre todo o sistema jurídico, nele já incluídos os próprios Direitos fundamentais.

357

5 DIAGNÓSTICO

Das seis teses de Direito premiadas pela Fundação Capes, cinco são criticalistas e apenas uma é idealista. Nas pesquisas criticalistas conforme o esperado, os autores deram um salto realista a partir da base idealista, ou contrariamente, foi dado um salto na direção do idealismo a partir da base realista, apresentando-se, de qualquer forma, novas propostas prático-transcendentais de ligação do conhecimento, caracterizando assim a Política do Direito recomendada pelo pesquisador.

A única pesquisa idealista no material da Capes apenas imaginou sistemas e procedimentos institucionais; não fazendo estudo de caso, nem propondo medidas práticas que poderiam viabilizar operacionalmente o idealismo do autor.

A estrutura programática da tese premiada em 2010 sobre o método heterorreflexivo priorizou a ontologia *idealista*. Propôs exclusivamente um tipo ideal de metodologia institucional, ou hermenêutica, a ser usada pelas instituições democráticas. A metodologia científica dessa tese variou entre a hermenêutica e a fenomenologia. As teorias de base foram de natureza existencialista, democrática e humanista do Direito.

A estrutura programática da tese premiada em 2011 sobre o direito fundamental à vida desenvolveu uma ontologia criticalista de base idealista; ou seja, a autora reconstruiu a validade do ordenamento jurídico constitucional; mas depois deduziu proposições prático-transcendentais do direito à vida. A metodologia usada foi basicamente hermenêutica, observando o contexto pluralista. As teorias foram de natureza bioética, democrática, humanista, constitucional e liberal.

A estrutura programática da tese premiada em 2012 sobre o Direito Tributário usou como núcleo rígido a ontologia criticalista de base idealista. Desse modo, o autor construiu um tipo ideal de Direito Tributário e deduziu a partir desse tipo ideal algumas propostas técnico-legais dotadas de validade sugeridas ao Poder Legislativo brasileiro em busca de uma prática tributária mais eficiente e eficaz. Sua metodologia científica foi carregada de jus positivismo e reorganizou o ordenamento legal vigente, introduzindo uma preocupação com a criação de uma nova lei tributária mais eficiente, democrática e ecologicamente sustentável; incluiu-se também, na metodologia da pesquisa, a técnica do direito comparado. As teorias jurídicas aplicadas foram de natureza humanista, ecológica e democrática.

A estrutura programática da tese premiada em 2013 sobre a Lei de Anistia apresentou uma ontologia ou filosofia geral criticalista de base realista. A pesquisa confrontou o conceito de Estado Democrático de Direito com a prática do Supremo Tribunal Federal envolvendo a Guerrilha do Araguaia e a Lei de Anistia, e depois disso, introduziu e aplicou o conceito prático-transcendental de *Justiça de Transição* da ONU, onde o autor encontrou inspiração para fazer propostas de mudanças hermenêuticas e legislativas. Sua metodologia científica combinou o estudo de caso com o ideal de um Estado Democrático de Direito. Foram aplicados o método hermenêutico e as teorias de natureza constitucional e humanista.

A estrutura programática da tese premiada em 2014 sobre o conceito de infraestrutura desenvolveu uma ontologia criticalista de base realista, articulando o estudo de caso com os tipos ideais de legislação internacional, ambos detalhados na pesquisa. O autor refez constitucionalmente o conceito de *infraestrutura* que desempenhou a função prático-transcendental de ligar a experiência dos gestores públicos com o ideal do desenvolvimento nacional. A metodologia científica foi largamente positivista ou normativista através da qual o autor apresentou uma releitura histórica e econômica do Direito Público válido no Brasil, contando com a ajuda da técnica do direito comparado. Também o autor realizou estudo de caso e descreveu a experiência brasileira nos últimos anos com as políticas federais de infraestrutura. A teoria dominante da tese foi constitucionalista.

A estrutura programática da tese premiada em 2015 desenvolveu uma ontologia criticalista de base idealista. De um lado, apresentou-se um tipo ideal de Estado, de outro lado, um tipo ideal de Direito Público, incluindo finalmente três mandamentos prático-transcendentais que poderiam transformar as políticas públicas reais em políticas *meritocráticas*. A metodologia de pesquisa dessa tese foi kantiana, do tipo criticista, realizando *a priori* o inventário das ideias, especialmente reorganizando conceitos e normas jurídicas. A pesquisa desenvolveu o método reflexivo juntamente com a analítica e o método normativista do Direito Público. A teoria de base foi possibilista, pois acreditou na possibilidade de existir um conceito forte que representaria o interesse público e que virtualmente produziria efeitos ou impactos significativos a favor de um *Estado Meritocrático de Direito* na realidade. O salto na direção do realismo veio com as medidas prático-transcendentais ou mandamentos imaginados pelo autor, caracterizando a Política do Direito na visão do autor.

359

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Johannes Hessen (1987) confirma em seu livro “Teoria do Conhecimento” a contribuição das três possibilidades epistemológicas aprofundadas nesse estudo, que são o racionalismo, o empirismo e as alternativas mediadoras

O mérito do racionalismo consiste em ter visto e feito sobressair com energia o significado do fator racional no conhecimento humano; sendo por isso uma abordagem exclusivista, pois faz do pensamento a única fonte do conhecimento (HESSEN, 1987, p.47).

No modelo racionalista, o ideal de conhecimento possui necessidade lógica e validade universal, mas esse ideal “é exclusivista, pois é tirado de uma forma determinada do conhecimento, do tipo matemático” (HESSEN, op. cit. p. 67).

Com essa natureza, uma deficiência do racionalismo é ser vulnerável ao poder do dogmatismo. Ou seja, o racionalismo acredita que pode penetrar na dimensão metafísica das ideias, reafirmando sempre a estratégia conceitual e especulativa do conhecimento (ibid., p. 67).

Ao contrário do racionalismo, o empirismo considera que “a única fonte do conhecimento é a experiência” (ibid., p. 68). Na opinião do empirismo, não há qualquer patrimônio *a priori*. O espírito humano está, por natureza, vazio; ou seja, é uma *tábua rasa*, uma folha em branco.

Nessa metodologia, todos os nossos conceitos procedem da experiência, incluindo os mais gerais e abstratos (ibid., p. 68). Enquanto o racionalismo se inspira na Matemática, o empirismo se baseia nas Ciências Naturais, onde a experiência tem papel decisivo. Nas Ciências Naturais, particularmente, trata-se de comprovar os fatos mediante uma cuidadosa observação. Nessa perspectiva filosófica, o investigador fica totalmente entregue à observação fiel dos fenômenos (ibid., p. 69).

Como alternativa, no meio desses dois extremos epistemológicos, entre o racionalismo e o empirismo, há várias tentativas de mediação do conhecimento (ibid., p. 74). Uma delas é o “intelectualismo”. Enquanto o racionalismo considera o pensamento como fonte e base do conhecimento; e o empirismo supervaloriza a experiência; o intelectualismo, diferentemente dos dois, compartilha a opinião de que ambos os fatores tomam parte decisiva no processo de produção do conhecimento.

A abordagem intelectualista desenvolve a seguinte proposição: - as ideias não compõem um mundo que flutua livremente; e é por meio dos sentidos que obtemos as imagens perceptivas de objetos concretos. Nessas imagens, inclui-se a essência geral, a ideia da coisa; portanto, só é preciso extrair a essência por meio de uma faculdade humana que seria o entendimento real e ativo (HESSEN, 1987, p. 75).

O intelectualismo concorda com o racionalismo que considera os juízos logicamente necessários e universalmente válidos para abordar os objetos. Porém, enquanto o racionalismo focaliza os elementos desses juízos que são os conceitos como patrimônio de natureza *a priorística* de nossa razão; o intelectualismo deriva os conceitos da experiência, ou seja, “a

consciência cognoscente lê na experiência [e] tira os seus conceitos da experiência” (ibid., p. 74).

O intelectualismo foi proposto inicialmente por Aristóteles na Antiguidade (ibid., p.75). Como discípulo de Platão, Aristóteles esteve sob influência direta do racionalismo. Como naturalista, porém, ele se localizou muitas vezes na corrente do empirismo. Como reflexo dessa mistura intelectual, Aristóteles “sentiu-se fatalmente impelido a tentar uma síntese do racionalismo e do empirismo” que tratou, então, pela seguinte maneira: “colocando o mundo platônico das Ideias dentro da realidade empírica” (ibid., p. 75).

Outra tentativa de mediação do antagonismo entre racionalismo e empirismo aparece com o chamado “apriorismo”. Aqui, pensamento e experiência são duas fontes aceitáveis do conhecimento.

Fundamentalmente, no apriorismo existem elementos *a priori*, independentes de experiência; mas enquanto o racionalismo considera que os fatores *a priori* são completos, como conceitos perfeitos, por outro lado, na abordagem do apriorismo, esses fatores são apenas de natureza formal. Isso é: não são verdadeiramente conteúdos, mas formas de conhecimento. Os fatores ou categorias *a priori* assemelham-se a recipientes vazios que a experiência preencherá, introduzindo conteúdos concretos (HESSEN, 1987, p.78).

Para o intelectualismo todos os conceitos procedem da experiência. Entretanto, para o apriorismo, diferentemente, as categorias ou princípios não procedem da experiência, mas sim do pensamento. É a razão quem imprime as formas *a priori* na matéria empírica e constitui, assim, os objetos do conhecimento.

No apriorismo, o pensamento não se conduz receptiva e passivamente diante da experiência, como acontece no intelectualismo, mas sim espontânea e ativamente. Segundo Hessen (ibid., p. 78) o princípio do apriorismo declara que: “os conceitos sem as intuições são vazios, [e] as intuições sem os conceitos são cegas”. Essa definição é originária da filosofia de Kant. Especialmente para esse filósofo, a matéria do conhecimento vem da experiência, que seriam as sensações; enquanto a forma vem do poder criativo do pensamento. As sensações carecem de ordem, de regra e de ação, apresentando-se num verdadeiro caos em estado bruto. É o nosso pensamento, portanto, quem vai estabelecer a ordem das ideias, entrelaçando-as e relacionando-as entre si (HESSEN, 1987, p. 79). Tudo isso se concretiza mediante as formas representativas da intuição e do pensamento racional, sobretudo por meio das categorias de observação das ideias.

As formas primordiais da intuição, para Kant, residem nas ideias de espaço e tempo. Nessa linha de pensamento, a consciência começa introduzindo a ordem no tumulto das sensações, ordenando-as no espaço e no tempo, numa justaposição e sucessão lógica ou racional (ibid., p. 79). Por exemplo, o conceito de causalidade estabelece, especificamente, uma relação direta entre causa e efeito.

Em geral, conclui-se que na Metafísica kantiana “[...] o modo e a maneira de erigir o edifício, a estrutura completa da construção intelectual, está determinada pelas leis imanes ao pensamento, pelas formas e pelas funções *a priori* da consciência” (HESSEN, 1987, p. 79).

Enquanto o intelectualismo deriva seus conceitos da experiência, o apriorismo nega esta derivação e enfatiza o fator racional que atua não efetivamente na experiência real, mas sim na razão, onde podemos imaginar, virtualmente, a experiência dos fatos.

De acordo com Hessen (ibid., p. 80): “se colocarmos o intelectualismo e o apriorismo em relação com as duas posições antagônicas entre as quais pretendem mediar, descobrimos logo que o intelectualismo se aproxima do empirismo; e o apriorismo, pelo contrário, aproxima-se do racionalismo”.

362

CONCLUSÃO

Pelo prisma ontológico, inicialmente, constatamos que a única tese idealista de Direito premiada pela Fundação Capes construiu tipos ideais sem detalhar os meios de realização institucional. Diferentemente, as cinco teses criticalistas de Direito relacionaram o estudo de caso com algum tipo ideal de sistema constitucional ou comportamental. Em situações mais específicas do criticalismo surgiram pesquisas *de base idealista* e outras *de base realista*. Nas duas situações, foram propostas medidas prático-transcendentais, caracterizando a emergência de uma nova Política do Direito desenhada pelo pesquisador. Cumpre ressaltar que não foram identificadas teses de Direito com ontologia realista.

Pelo prisma metodológico, em segundo lugar, notamos que as teses premiadas pela Fundação Capes até 2015 reuniram significativamente estratégias operacionais, como interdisciplinaridade, direito comparado, estudo de caso, regressão histórica, análise sistemática dos tribunais, exegese e analítica do Direito. Dentre as técnicas qualitativas destacaram-se principalmente a análise do discurso e a releitura bibliográfica de doutrinas e

publicações diversas. Por outro lado, as técnicas quantitativas (envolvendo gráficos e tabelas) estiveram raramente presentes nesse material analisado.

Pelo prisma teórico, em terceiro lugar, reconhecemos a contribuição das seguintes abordagens: positivista; sociológica; existencialista; fenomenológica; pragmática; e humanista. Não apareceu nenhuma influência do marxismo ou anarquismo jurídico na fundamentação e debate das teses premiadas.

O positivismo foi geralmente invocado pelo pesquisador no sentido de *legalizar* os fatos sociais e *reforçar a validade* do Direito positivo nacional.

A utilidade da hermenêutica sociologista foi no sentido de *relativizar* e *recontextualizar* o Direito na Sociedade e ordem global.

A meta do pragmatismo jurídico foi direcionada para *instrumentalizar* as regras e os princípios válidos na ordem pública, destacando a utilidade dos procedimentos e dos critérios jurídicos.

A contribuição da fenomenologia jurídica procurou *valorar* e *vivenciar* o Direito.

A meta do existencialismo jurídico foi *personalizar* e *redefinir as finalidades existenciárias do Direito*, voltadas para o caso concreto, buscando principalmente a *abertura da Lei para o Mundo*.

O desenvolvimento do humanismo jurídico, por último, procurou *humanizar* o Direito, os julgamentos, as normas e as instituições públicas.

A partir desse rastreamento epistemológico, conclui-se que as teses de Direito premiadas pela Fundação Capes até 2015 apresentaram uma sólida estrutura programática, compreendendo regras ontológicas, metodológicas e teóricas destinadas à produção do conhecimento científico.

Essas categorias determinaram os caminhos trilhados pelos pesquisadores, assegurando a coerência do plano abstrato da pesquisa com a efetividade da investigação ou da reflexão crítica aplicada sobre o tema do projeto.

Entretanto, além de possuírem um roteiro bem articulado, as teses de Direito, premiadas pela Fundação Capes produziram resultados finais progressistas, com novos conteúdos empíricos e teóricos que reforçaram o raio de ação da *Ciência Política do Direito*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Andrei Cesário de Lima; MONTARROYOS, Heraldo Elias. (2014). Economia Política Constitucional: Programa de pesquisa James Buchanan e as tecnologias Cívicas. Porto Alegre (RS): *Caderno do programa de pós-graduação DIREITO-UFRGS*; vol. 9, n. 2. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/50563>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ARISTÓTELES. (2001). *Ética a Nicômaco*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret.

ÁVILA, Humberto. (2005). *Teoria dos princípios: da definição e aplicações dos princípios jurídicos*. 4.ed. São Paulo: Malheiros Editores.

BOBBIO, Norberto. (1999). *Teoria do ordenamento jurídico*. Trad. Maria Celeste Leite dos Santos. 10. ed. Brasília: UnB.

BUCHANAN, James. (1975). *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*. Chicago: The University of Chicago Press.

CARNEIRO, Wálber Araujo. (2009). *Hermenêutica jurídica heterorreflexiva: limites e possibilidades de uma filosofia no Direito*. São Leopoldo (RS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos: Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <<http://www.biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/WalberCarneiroDireito.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CARVALHO, André Castro. (2013). *Infraestrutura sob uma perspectiva pública: instrumentos para o seu desenvolvimento*. São Paulo: Universidade de São Paulo, USP/Faculdade de Direito. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/87-premio-capes-de-tese/edicoes-antiores/7233-teses-premiadas-em-2014>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

DWORKIN, Ronald. (2007). *O império do Direito*. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FERRAJOLI, L. (2004). *Derechos y garantías: la ley del más débil*. Madrid: Editorial Trotta. Coleção: “Estructuras y procesos”. Série: Derecho, 2004.

_____. (2004). *Epistemología jurídica y garantismo*. México: Fontemara.

GRAMSCI, Antonio. (2001). *Cadernos do Cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HAEBERLIN, Martín Perius. (2014). *Crítica da razão do Estado: uma (re)formulação do conceito de interesse público e a correlata construção de um Estado Meritocrático de Direito*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC)/Faculdade de Direito. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/component/content/article/87-premio-capes-de-tese/edicoes-antiores/7233-teses-premiadas-em-2015>> . Acesso em: 25 mar. 2016.

HART, Herbert. (1994). *O conceito de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HESSEN, Johannes. (1997). *Teoria do conhecimento*. 8.ed. Coimbra: Armênio Amado.

KANT, Immanuel. (2008). *Crítica da razão pura*. Trad. Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret, .

_____. (2003). *A metafísica dos costumes*. Trad. Edson Bibi. Bauru (SP): EDIPRO. Série “Clássicos Edipro”.

_____. (2004). *Crítica da razão prática*. Trad. Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret.

KELSEN, Hans. (1998). *Teoria pura do Direito*. 6. ed. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes.

LARENZ, Karl. (1997). *Metodologia da Ciência do Direito*. Trad. José Lamago. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra; PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio; PELÁ, Carlos. (2005). *A validade e a eficácia das normas jurídicas*. Coord. Renan Lotufo. 1. ed. Barueri (SP): Manole.

LLOYD, Christopher. (1995). *As estruturas da História*. 1. ed. Trad. Maria Julia Goldwasser; revisão Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

LUKÁCS, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento; rev. Karine Jannine. São Paulo: Martins Fontes.

LYRA FILHO, Roberto. (1982). *O que é Direito*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

MARTEL, Leticia de Campos Velho. (2010). *Direitos fundamentais indisponíveis: os limites e os padrões do consentimento para a autolimitação do Direito fundamental à vida*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ Centro de pós-graduação em Direito/Doutorado em Direito Público. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/component/content/article/87-premio-capes-de-tese/edicoes-antiores/7233-teses-premiadas-em-2011>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MEYER, Emilio Peluso Neder. (2012). *Responsabilização por graves violações de Direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do supremo tribunal federal na ADPF nº 153/df pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Direito/Programa de pós-graduação em Direito. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/component/content/article/87-premio-capes-de-tese/edicoes-antiores/7233-teses-premiadas-em-2013>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MONTARROYOS, H. (2012). O observatório judiciário de Ronald Dworkin: “O império do Direito” e o conceito de integridade. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 3117, publicado em 13 de junho. Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso: 25 mar. 2016.

_____. (2012) Teoria pluridimensional do Direito: variantes e aplicabilidade. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3216, 21 abr. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21567>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. (2013). Observatório constitucional Ronald Dworkin: reconstruindo o liberalismo existencialista da obra “A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade”. *Revista Internacional Universitas Jus (UniCEUB Law Journal)*, v. 24, n. 1 Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/jus/article/view/2182>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. (2013). Teoria pluridimensional dos direitos humanos: proposição epistemológica aplicada ao estudo do Direito. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3571, 11 abr. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24156>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MONTERO, Carlos Eduardo Peralta. (2011). *Extrajudicialidade e meio ambiente: o tributo como instrumento de proteção ambiental. Reflexões sobre a tributação ambiental no Brasil e na Costa Rica*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Centro de Pós-graduação em Direito, Doutorado em Direito Público. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/87-premio-capes-de-tese/edicoes-antiores/7233-teses-premiadas-em-2012>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

NADER, Paulo. (2005). *Filosofia do Direito*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, Gilberto Callado. (2001). *Filosofia da política jurídica: propostas epistemológicas para a Política do Direito*. 1. ed. Itajaí (SC): UNIVALI.

PERELMAN, Chaim. (2000). *Lógica jurídica: nova retórica*. Trad. Vergínia Pupi; rev. Marian Maria Ermantina Galvão; rev. técnica Gildo Rios. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

RADBRUCH, Gustav. (2004). *Filosofia do Direito*. Trad. Marlene Holzhausen. Rev. técnica Sérgio Sérvulo da Cunha. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes. Coleção “Justiça e Direito”.

REALE, Miguel. (1986). *Teoria tridimensional do Direito*. 1. ed. São Paulo: Saraiva.

_____. (1991). *Lições preliminares de Direito*. 25.ed. São Paulo: Saraiva.

ROSS, Alf. (2000). *Direito e justiça*. Trad. Edson Bini; rev. técnica Alysson Mascaro. 1. ed. Bauru (SP): EDIPRO.

Submissão: 26/07/2016
Aceito para Publicação: 02/02/2017

